



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARIA CRISTINA KURTEN

**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MECANISMO DE INCLUSÃO NA
ESCOLA**

**IVAIPORÃ
2015**

MARIA CRISTINA KURTEN

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MECANISMO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina de Seminário de Monografia do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Ms. Ricardo Alexandre Carminato

IVAIPORÃ
2015

MARIA CRISTINA KURTEN

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MECANISMO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina de Seminário de Monografia do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Ricardo Alexandre Carminato
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Gislaine Gonçalves
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Esp. Ewerton Davy Marques Silva
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

DEDICATÓRIA

A Deus, por demonstrar os caminhos a serem seguidos.

Ao meu filho e marido, fontes de minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Professor Ricardo Alexandre Carminato, pela dedicação e apoio, sempre subsidiando novas reflexões e construções, inspirando no aprendizado dos meus conhecimentos para a finalização deste trabalho.

Agradeço a minha banca examinadora composta pelos Professores Gislaine Gonçalves e Ewerton Davy Marques Silva, pela disponibilidade de suas participações e contribuições pessoais para o crescimento desta pesquisa.

Agradeço a todos os professores por terem proporcionado nova fontes de conhecimento, afetividade, ética e caráter para o processo de formação profissional.

Por fim, a todos meus colegas de turma que compartilharam sua ajuda, sempre se esforçando para o bem comum em todo o processo de ensino e aprendizagem de nossa formação.

Porque o Senhor ama o juízo e eles são preservados para sempre; mas a semente dos ímpios será desarraigada. A boca do justo fala a sabedoria; A lei do seu Deus está em seu coração; os seus passos não resvalarão. O Senhor não o deixará em suas mãos, nem o condenará quando for julgado. Nota o homem sincero, e considera o reto, porque o fim desse homem é a paz. Mas a salvação dos justos vem do Senhor; ele é a sua fortaleza no tempo da angústia. E o Senhor os ajudará e os livrará; ele os livrará dos ímpios e os salvará, porquanto confiam nele.

Salmos37:28...40

KURTEN, Maria Cristina. **A Educação Física com mecanismo de inclusão na escola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

RESUMO

Para que um processo educacional ocorra de forma inclusiva são necessários vários fatores dependentes dos professores por isso, o objetivo da pesquisa é avaliar se a Educação Física no âmbito escolar auxilia no processo de inclusão do aluno com deficiência. A amostra foi composta por 12 professores de Educação Física da rede estadual de ensino do município de Ivaiporã Pr. Para coleta de dados foi utilizado um questionário autoaplicável adaptado e validado de Aguiar e Duarte 2005 com 11 questões fechadas e 5 questões abertas. A pesquisa tem a característica de campo do tipo qualitativa e quantitativa, a análise dos dados aconteceu de acordo com o percentual das respostas. Conclui-se que os itens mais elencados para promover a inclusão do aluno deficiente nas aulas de Educação Física foram a sociabilização, novos métodos de aprendizagem e a busca constante do aperfeiçoamento profissional. Por fim, observou-se que a falta de experiência e de capacitação profissional podem ser fatores determinantes para que a inclusão não aconteça de forma efetiva.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Educação Física.

KURTEN, Maria Cristina. **Physical Education with inclusion mechanism at school.** Work of Conclusion of Course. (Graduation in Physical Education) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

ABSTRACT

For an educational process takes place in an inclusive way it takes several dependent factors of teachers so the objective of the research is to assess whether physical education in schools helps in the process of inclusion of students with disabilities. The sample consisted of 12 teachers of Physical Education at state schools in the city of Ivaiporã Pr. For data collection we used a self-administered questionnaire adapted and validated Aguiar and Duarte in 2005 with 11 closed questions and 5 open questions. The search field has the characteristic of qualitative and quantitative type, the analysis of the data was in accordance with the percentage of responses. It concludes that the items listed more to promote the inclusion of disabled students in physical education classes were socialization, new methods of learning and constant pursuit of professional development. Finally it was observed that the lack of experience and professional training can indeed be determining factors does not happen effectively.

Key-words: Inclusion. Deficiency. Physical Education.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FACULDADE DE ORIGEM.....	31
TABELA 2 – SEXO.....	31
TABELA 3 – FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	32
TABELA 4 – TEMPO DE ATUAÇÃO ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	32
TABELA 5 – CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E/OU EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA.....	33
TABELA 5.1 – OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E/OU EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA.....	34
TABELA 6 – POSSUI OU JÁ POSSUIU ALGUM ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA EM QUE TRABALHA OU TRABALHO.....	35
TABELA 7 – EM CASO AFIRMATIVO QUE TIPO DE DEFICIÊNCIA.....	36
TABELA 8 – VOCÊ ACREDITA TER CONHECIMENTOS SUFICIENTES PARA INCLUIR UM ALUNO DEFICIENTE EM SUAS AULAS.....	36
TABELA 9 – A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA AUXILIA A INCLUSÃO DO MESMO NA COMUNIDADE ESCOLAR.....	37
TABELA 10 – A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PODE ESTIMULAR MANIFESTAÇÕES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.....	38

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ADAPTADO DE AGUIAR E DUARTE 2005.....	47
ANEXO B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARTICIPANTES).....	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIFICATIVA	13
3. PROBLEMA DA PESQUISA	14
4. OBJETIVOS	15
4.1 Objetivos Geral	15
4.2 Objetivos Específicos	15
5. REVISÃO DE LITERATURA	16
5.1 Inclusão	16
5.2 Deficiência Intelectual	18
5.3 Deficiência Física	19
5.4 Deficiência Auditiva	20
5.5 Deficiência Visual	22
5.6 Inclusão do Deficiente na Escola	24
5.7 Inclusão na Educação Física	25
5.8 Formação de Professores	26
6. MATERIAS E MÉTODOS	28
6.1 Tipo do Estudo	28
6.2 População e Amostra	29
6.3 Instrumentos de Medida	29
6.4 Procedimentos de Coleta dos Dados	29
6.5 Análise dos dados	30
7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no mundo globalizado, em várias áreas da sociedade ocorrem diversas mudanças em relação à inclusão do deficiente, quer seja no trabalho ou na escola. Em consonância aos novos parâmetros de qualidade na educação pública, trouxe à discussão questões relacionadas à inclusão, nas quais o respeito e até o direito do ser humano em aprender tem encontrado dificuldades e ameaças de várias vertentes na escola. Naturalmente existe constantemente preocupação na qualidade do ensino e aprendizagem, através do qual a comunidade escolar deve monitorar todos seus aspectos para influir objetivamente para melhorar a inclusão do aluno com deficiência.

Para que um processo educacional ocorra de forma inclusiva e venha desenvolver-se de forma eficiente tanto para os alunos com deficiência intelectual, física, visual e auditiva são necessários vários fatores contribuintes para que o ensino e aprendizagem venha a obter uma qualidade satisfatória. De acordo com Carvalho *apud* Cidade:

Para o aluno com deficiência, sendo já uma realidade pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente (CARVALHO, 1998 *apud* CIDADE, 1997, p. 170).

Na escola, na área de Educação Física, durante uma aula, também se observam várias situações de restrições referente à inclusão dos alunos com deficiências. Esta questão é explicada de forma didática por Silva:

O direito de todos à prática das atividades físicas sem discriminação, com igualdade de oportunidades e respeito às diferenças. Em uma delas, a inclusão pode ser compreendida pelo acesso irrestrito dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais às aulas de educação física, no mesmo espaço, na mesma dinâmica que os alunos ditos regulares normais (SILVA, 2006, p. 72).

Incluir o aluno com deficiência durante a aula de Educação Física sem discriminação é o primeiro passo para que ocorra conseqüentemente a melhora em sua aprendizagem.

2. JUSTIFICATIVA

A inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física têm sido estudo de inúmeras reflexões dentro do processo de ensino e aprendizagem na Escola. No estágio supervisionado obrigatório nas escolas realizado pela autora, observou-se que, de acordo com os objetivos propostos para as aulas, em alguns conteúdos estruturantes, alunos com algum tipo de deficiência não participavam, ou participavam parcialmente com algumas restrições em um determinado tipo de movimento corporal. Com base nessas restrições, o presente estudo justifica-se em ter conhecimento de quais são as dificuldades que o professor de Educação Física pode encontrar no ensino e aprendizagem envolvendo a inclusão do aluno com algum tipo de deficiência. A partir desta lógica, a discussão de uma escola realmente inclusiva tem suscitado vários debates sobre a inserção do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física.

3. PROBLEMA DA PESQUISA

A Educação Física funciona como mecanismo de inclusão do aluno com deficiência nas Escolas Estaduais de Ivaiporã/PR?

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Analisar se a Educação Física no âmbito escolar auxilia no processo de inclusão do aluno com deficiência.

4.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar o entendimento dos Professores de Educação Física referente ao tema de inclusão.
- Identificar as atitudes dos professores referente à inclusão.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Inclusão

A inclusão tem como princípio básico entender a diferenciação do ser humano como um todo, quer seja em seus valores culturais e atitudinais. Neste princípio Mantoan (2003) *apud* Scardua (2008) também discute a questão da diferença no qual:

Em sua visão a igualdade deve deixar de ser uma norma. Não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas iguais direitos, apesar das diferenças. Deve-se lutar pela heterogeneidade, pela diversidade, pela riqueza que o diferente nos traz, não há nada de novo a aprender com o igual, mas a convivência com o diferente sem dúvida é valiosa (MANTOAN, 2003 *apud* SCARDUA, 2008, p 38).

Para Silva (2010) o significado de inclusão é a ação ou resultado de englobar, incorporar ou envolver, sendo seus sinônimos estabelecidos como colocação, compreensão, contenção, encerramento, enquadramento, envolvimento, incorporação, inserção e integração.

Na escola, toda a comunidade escolar tem que ter uma orientação voltada sempre para o processo de mudanças na busca de promover as práticas pedagógicas que venham atender a todos os alunos sem distinção e indiferenças.

Partindo do pressuposto que todos os alunos devem ser tratados de forma igual Sasaki (1997) *apud* Vieira (2008) é contundente sobre a inclusão:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997 *apud* VIEIRA, 2008, p. 41).

A sociedade através da educação, com o passar dos anos, sempre buscou na autonomia do aluno com algum tipo de deficiência, a busca incessante

da melhoria de suas habilidades cognitivas ou de mobilidade para que ocorresse sempre a evolução das práticas pedagógicas.

O conceito de inclusão através de sua história foi, muitas vezes, pautado na luta das pessoas com deficiência para acessibilidade à educação. Em detrimento a esta questão, Rodrigues relata:

Quando a palavra surgiu nos campos da Educação, da Sociologia e da Política, apareceu para designar algo novo, uma evolução, uma alternativa à palavra “integração”. Entendia-se, para justificar esta mudança, que “integração” tinha um significado muito conotado com uma estrutura social que se mantém incólume e impávida enquanto algo ou alguém se pretende “integrar” nela (RODRIGUES, 2014, p. 1).

Historicamente, a situação das pessoas com deficiência sempre foi atrelada a uma visão de separação, impregnada por uma concepção capitalista, sendo que, em consonância a isso:

Foi substituída por uma visão inclusiva a educação, que era parte fundamental neste processo, teve que sofrer uma radical transformação. Em todo o mundo, até aquele momento, as pessoas com deficiência haviam sido colocadas à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo educativo que tinha por premissa que os alunos deveriam obedecer a padrões de normalidade (BRASIL, 2000 *apud* BRAGA, 2010, p. 83).

No dia a dia, observa-se que a inclusão está discernida em várias ações sociais, sendo que é na escola que ocorre uma das mais importantes contribuições para o crescimento do ser humano como um todo.

Pereira contribui para uma base da lógica inclusiva ao afirmar que:

A atuação conjunta de pessoas que vivem diferentemente o acesso ao conhecimento deveria contagiar o coletivo, abrindo novas experiências curriculares, flexibilizando a grade de disciplinas e a estrutura de séries; enfim, criando novas lógicas no interior da escola e nas relações educativas como um todo (PEREIRA, 2009, p.117).

Para estabelecer um conhecimento mais amplo das deficiências envolvidas nos processos de inclusão, nas próximas seções, conceituaremos as mais inseridas nas escolas regulares de ensino.

5.2 Deficiência Intelectual

Através dos tempos a cognição do ser humano foi estudada de acordo com as práticas pedagógicas. Para Freitas a deficiência intelectual é:

O estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, oriundo no período de desenvolvimento (antes dos 18 anos), e associado às limitações de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente as demandas da sociedade em comunicação, cuidado pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho (FREITAS, 2010, p.1).

Mesmo o deficiente intelectual amparado legalmente em seus direitos, observa-se toda a dificuldade da plenitude de sua inclusão, visto que muitos da comunidade escolar não estão preparados para adequar a todas as suas necessidades, limitando-o, gerando a exclusão.

A deficiência intelectual é compreendida como uma característica própria da criança de atraso no desenvolvimento cognitivo. Em geral, os professores e a sociedade focalizam no indivíduo os problemas de sua aprendizagem (CARNEIRO, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 551).

Em uma escola onde a educação é voltada para a inclusão, o aluno que tem deficiência cognitiva deverá ser sempre estimulado em suas limitações para que aumente sua autonomia e possa evoluir, nem que seja o mínimo necessário.

Complementando a definição: “Deficiência Mental é a incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas” (PAULON, 2007 *apud* PEREIRA, 2012, p. 13).

Na escola, o professor envolve o aluno com deficiência intelectual não somente na sua dificuldade básica, mas também no seu aspecto de viver em sociedade.

Através desse aspecto, deve-se enfatizar a educação através de uma teoria histórico-cultural que:

Pode trazer inúmeras contribuições a respeito da deficiência intelectual: A abordagem histórico-cultural segue a linha de pensamento de Vygotsky, que evidencia a relação entre

desenvolvimento individual e o social. Isto significa que aí se coloca uma possibilidade de se compreender a deficiência mental como uma condição socialmente construída (CARNEIRO, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 141).

O aluno com deficiência intelectual é constantemente auxiliado pelo professor para que sejam minimizadas suas dificuldades de aprendizagem, sendo que esta ajuda possa vir melhorar sua vida em sociedade pois, muitas vezes, a insegurança dada pela indiferença por outra pessoa propicia momentos de preconceitos e discriminação durante uma aula.

5.3 Deficiência Física

Na escola, o aluno com deficiência física, de acordo com o grau de sua deficiência, pode prejudicar vários aspectos de seu convívio na comunidade escolar, sofrendo discriminação por sua aparência física, ocasionando outro problema secundário, a baixa autoestima que pode afetar sua aprendizagem significativamente.

O deficiente físico enfrenta uma série de obstáculos, sendo que Silva relata que fisiologicamente pode ter:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (SILVA, 2015, p. 3).

A partir do momento que o professor de Educação Física reconhece em qual grau de deficiência física encontra-se seu aluno, quer seja a nível dos sistemas nervoso, muscular ou osteoarticular, poderá estabelecer critérios para adaptar sua metodologia de ensino condizente com suas dificuldades de aprendizagem.

As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e

gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (SCHIRMER, 2007).

No cotidiano da escola, a grande dificuldade que o aluno com deficiência física enfrenta são as barreiras de acessibilidade, pois muitas instituições não têm as adaptações necessárias para que este possa gerir todo o seu potencial de aprendizagem.

Para tanto, faz-se necessário que essas adequações venham ao encontro à acessibilidade. De acordo com o Dischinger e Machado *apud* Tavares, elas estão divididas em:

Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras ambientais físicas(...).
Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (...).
Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação de todos de cada aluno (...)).
Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultado em quebra de preconceito estigmas, estereótipos e discriminações (DISCHINGER; MACHADO, 2006 *apud* TAVARES, 2010, p. 8).

O Professor de Educação Física previamente deve verificar e analisar todas as limitações de acessibilidade, tanto física, metódica e de determinadas atitudes que se encontra dentro do ambiente escolar, para que o aluno deficiente físico possa ter maior autonomia na sua aprendizagem.

5.4 Deficiência Auditiva

O aluno com deficiência auditiva no ensino regular tem tudo para desenvolver suas potencialidades pois sua privação sensorial está somente relacionado ao som.

Existem parâmetros para definir a deficiência auditiva, segundo Perret *apud* Silva:

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo

cuja audição não é funcional na vida comum, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. A intensidade produzida por um som é medida em decibéis (dB). O som mais delicado que uma pessoa pode ouvir é definido por 0 dB de nível de audição, o som de uma pessoa murmurando registrará 30 dB. O nível normal de conversa mede de 45-50 dB de nível de audição, e um concerto de rock pode medir cerca de 100 dB, que podem até causar surdez temporária (PERRET, 1990 *apud* SILVA, 2008, p. 5).

A partir do momento que o professor de Educação Física tem o conhecimento das limitações que o aluno com deficiência auditiva possui, o docente poderá utilizar a comunicação por meio da Linguagem Brasileira de Sinais, mais conhecida como LIBRAS.

A aprendizagem de LIBRAS é fundamental para que o deficiente auditivo comunique-se na escola. Strobel *apud* Frydrych afirma que:

A modalidade gestual-visual espacial pela qual a LIBRAS é produzida e percebida pelos surdos leva, muitas vezes, as pessoas a pensarem que todos os sinais são o desenho no ar referente ao que representam. É claro que, por decorrência de sua natureza linguística, a realização de um sinal pode ser motivada pelas características do dado da realidade a que se refere, mas isso não é uma regra. Portanto, necessita de um aprendizado sistemático, preferencialmente ensinada por surdos (STROBEL, 1998 *apud* FRYDRYCH, 2012, p. 286).

Para que possa ocorrer a inclusão do deficiente auditivo na escola do ensino regular é necessário ter um professor habilitado em Libras para ser o intérprete dos conteúdos que os professores de diversas disciplinas ensinam no dia-a-dia.

Existem alunos com deficiência auditiva que tem uma grande dificuldade em se comunicar. Desta forma, Inácio destaca:

Surdos capazes de ouvir e pronunciar palavras de forma quase que totalmente dentro da normalidade da língua oral, em outros e quase inexistente a percepção de uma linguagem fonoarticulatória, quando ocorre, e significativamente perceptível a falta de domínio de vocabulário oralista, temos ainda, aqueles que são tidos como surdos profundos, onde não há qualquer forma de comunicação oral, entretanto há evidências de que ao ser estimulado precocemente, aprende a pronunciar palavras do seu dia a dia, mas a incidência para o uso da linguagem gestual, deve ser natural e em especial, incentivá-lo a tornar-se parte de um grupo identificado por essa

característica que é o uso da linguagem de sinais (INÁCIO, 2010, p. 8).

O Professor de Educação Física deve analisar qual é o grau de deficiência auditiva que seu aluno se encontra, para que possa aplicar uma metodologia adequada durante aula e possa direcionar a linguagem de sinais de forma eficiente.

5.5 Deficiência Visual

Tradicionalmente, a classificação para uma pessoa com deficiência visual tem sido feita a partir da acuidade visual, que Bruno *apud* Soldera define:

Baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode ser em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados. Cegueira é a perda total da visão até a ausência de projeção de luz (BRUNO, 2001 *apud* SOLDERA, 2001, p. 75).

Quando o professor de Educação Física obtiver o diagnóstico da limitação visual do seu aluno, deve adequar qual será sua necessidade pedagógica.

Masini relaciona com um outro ponto de vista referente a:

American Foundation for the Blind, na qual criança cega é aquela cuja perda de visão indica que pode e deve funcionar em seu programa educacional, principalmente através do uso do sistema Braille, de aparelhos de áudio e de equipamento especial, necessário para que alcance seus objetivos educacionais com eficácia, sem o uso da visão residual. Portadora de visão subnormal, a que conserva visão limitada, porém útil na aquisição da educação, mas cuja deficiência visual, depois de tratamento necessário, ou correção, ou ambos, reduz o progresso escolar em extensão tal que necessita de recursos educativos (MASINI, 1993, p. 62).

Na escola, um aluno deficiente visual tem que enfrentar uma série de obstáculos que irá afetar seu desenvolvimento psicomotor, intelectual e sócio afetivo caso não venha ter acesso a todos os recursos disponíveis para enfrentar todas as dificuldades naturais do cotidiano.

Acredita-se que a acessibilidade na escola para o aluno com deficiência visual é fator preponderante para que sua aprendizagem venha a se desenvolver de forma harmônica, sempre tendo como princípio básico a inclusão juntamente com toda a comunidade escolar através de um planejamento específico. Em consonância a esta afirmação, Silva destaca:

O sujeito com baixa visão pode contar com o auxílio de diversos recursos ópticos e não ópticos, os quais lhes darão subsídio à sua aprendizagem. Esses recursos são de fundamental importância, pois eles ampliam os objetos e imagens, diminuindo assim a fadiga e o esforço visual. Além de um ambiente favorável, onde os sentidos 6 sejam estimulados, pois é necessário introduzir novidades no processo de aprendizagem dos educandos, para que eles sintam-se motivados a realizar coisas novas. E para isso, é necessário que o professor possibilite o conhecimento e o reconhecimento diário do espaço físico e o posicionamento do mobiliário do ambiente escolar. Apresentando ao aluno todos os objetos da escola, os trajetos diários dos estudantes, explorando com eles cada elemento da sala de aula. Caso haja necessidade de mudar qualquer mobiliário de lugar, esta alteração deve ser sempre comunicada, para que o aluno não tenha nenhum acidente (SILVA, 2007, p. 5).

Deve-se constantemente, nas aulas de Educação Física, estimular o aluno com deficiência visual em movimentos corporais desafiadores. Mosquera *apud* Melo explica que:

Quando ensinamos um deficiente visual, seja ele adolescente ou adulto, a se movimentar em espaços desconhecidos, necessitamos de alguns recursos importantes e o mais importante deles é a experiência anterior do próprio aluno. Quanto maior a desenvoltura física e motora desse aluno numa fase ainda jovem, melhor compreensão ele terá de seus futuros atos motores (MOSQUERA, 2000 *apud* MELO, 2004, p. 15).

Posteriormente às conceituações das deficiências ora já apresentadas, relatar-se-á os aspectos legais da inclusão do deficiente no ensino regular de escolarização.

5.6 Inclusão do Deficiente na Escola

Todas as pessoas têm seus direitos que devem ser respeitos em sua plenitude. E, para assegurar os direitos dos deficientes, a Declaração de Salamanca Unesco *apud* Moreira enuncia:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os (as) alunos (as) aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos (UNESCO, 1994 *apud* MOREIRA, 2010, p. 25).

Observa-se que a lei está para ajudar o deficiente a ter seus direitos de ensino e aprendizagem estabelecidos por toda a sua vida dentro de ensino regular escolar, procurando minimizar os problemas de discriminação e preconceitos que eles possam vir a sofrer em seu ambiente pedagógico.

A partir de meados da década de 1990, de acordo com Zóia *apud* Miranda, inicia-se um novo movimento, que se prolonga até os dias atuais:

Em que se busca a inclusão plena de todos os educandos nas classes regulares, desde a Educação Infantil. Ou seja, reconhece-se que crianças, jovens e adultos com necessidades especiais devem aprender junto aos demais alunos, independentemente das suas diferenças. Nesse sentido, por meio da sua ação educativa, os profissionais de ensino regular, nos diversos níveis, devem buscar atender de maneira adequada à diversidade do alunado. Essa ação, igualmente, deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação. Os professores precisam tratar das relações entre os alunos, formando crianças para o convívio com as diferenças (ZÓIA, 2006 *apud* MIRANDA, 2012, p.18).

No Brasil, desde 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) ou a LDBEN assegura às pessoas com deficiência:

À educação preferencialmente nas escolas regulares e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil ao ensino médio (LDBEN, 1996 *apud* FERREIRA, 2006, p.7).

Na seção seguinte apresentaremos as relações da inclusão do deficiente com a Educação Física.

5.7 Inclusão na Educação Física

Na Escola Pública, o professor de Educação Física tem como um de seus objetivos ajudar na socialização do deficiente para que venha ocorrer na aula a inclusão. Rodrigues (2003) ressalta que a Educação Física pode, com rigor e investimento, ser efetivamente uma “área-chave” para tornar a educação muito mais inclusiva, e pode mesmo ser um campo privilegiado de experimentação, inovação e melhoria da qualidade pedagógica na escola.

Para dar consistência à ideia de uma educação inclusiva, o Estado deve projetar uma política pública que forme uma comunidade a qual respeite a diversidade e garanta o direito de todos à educação, o conceito de Inclusão se firma na diversidade, diferença, universalização de indivíduos dentro do mesmo espaço, neste contexto, a escola (GOMES, 2013).

A partir do momento que o Profissional da Educação Física não só buscar o conhecimento, mas também colocar tudo em prática com eficiência e qualidade no ensino e aprendizagem de forma inclusiva para que o aluno venha se desenvolver em sua plenitude, o docente de Educação Física será valorizado pelo educando e, conseqüentemente, pelos pais e toda a sociedade.

Field e Oates (2001) *apud* Gorgatti (2005) observam que muitos pais de crianças com deficiências carecem de informações sobre as possibilidades de seus filhos com relação à atividade física.

Frequentemente, observam-se professores excluindo o aluno com deficiência em suas aulas de Educação Física pelo qual, de forma contrária, Darido (2001) relata que o profissional deve seguir alguns princípios:

O professor deve favorecer discussões entre os alunos sobre o significado do preconceito, da discriminação e da exclusão. O processo do ensino e aprendizagem deve ser baseado na compreensão, esclarecimentos e entendimento das diferenças. As estratégias escolhidas devem não apenas favorecer a inclusão, como também discuti-las e torná-las claras para os alunos (DARIDO, 2001, p. 20).

Durante a aula de Educação Física, o professor deve analisar quais são os conteúdos que irá ensinar aos alunos usando uma metodologia que não venha a excluir o deficiente de sua aula. Ao contrário disso, em seus estudos, Rodrigues (2003) mostra ter encontrado nas propostas curriculares Educação Física uma cultura desportiva e competitiva, a qual cria um obstáculo adicional à inclusão de alunos.

5.8 Formação do Professor

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (EDUCAÇÃO, 2001, p. 25-26).

Existem dois caminhos para que o professor, em sua formação, tenha em sua aprendizagem conceitos de inclusão do deficiente, uma no próprio curso de graduação e a outra dentro da escola por meio da oferta de cursos de formação específicas.

Em consonância a isso, Correia (2008), com vistas a essa perspectiva de formação específica, destaca que a comunidade escolar deve utilizar as novas tecnologias com métodos que podem perceber as problemáticas que seus alunos apresentam.

A aprendizagem que o professor teve em sua graduação referente à inclusão do aluno com deficiência muitas vezes não é o suficiente para poder resolver os problemas que vão surgindo no cotidiano, sendo no dia a dia é que se realizam novas aprendizagens e adquirindo também novas experiências que vão resultar em uma educação de qualidade.

A formação permanente tem uma grande importância para os professores para que:

Possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar (VELTRONE, 2007, p.53).

Cotidianamente, constata-se na sala de aula com a ociosidade e para os alunos com deficiência não é diferente, portanto, devem-se utilizar estratégias analisadas por Rodrigues (2003), visto que não propor-se abordagens diferentes ao processo de aprendizagem, acabar-se-á criando desigualdades para muitos alunos.

Em consonância a esta concepção metodológica, as práticas pedagógicas devem se modelar de acordo com as características de cada aluno com deficiência, organizando métodos de ensino e aprendizagem. Perrenoud (1995) chama a atenção para que os alunos consigam atingir as metas escolares por meio de um acompanhamento e percursos individualizados.

Nos cursos de formação de professores, deve ser discutido a temática da diferenciação do ensino, haja vista que, de acordo com Veltrone (2007), a diversidade não pode ser utilizada como justificativa para a exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais do processo de escolarização. Diante desta constatação, Reid *apud* Costa propõe:

Não obstante, há a possibilidade de que, em algum período da trajetória pedagógica da formação do professor de Educação Física, este possa entrar em contato com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, sendo, pertinente se repensar os programas de preparação profissional, caso os docentes continuem a passar por experiências limitadas e de inadequação no ensino de alunos da educação especial (REID, 2000 *apud* COSTA, 2010, p. 8).

O Professor de Educação Física, em sua formação de graduação adquire um pré conhecimento sobre a inclusão, mais que nem sempre é o suficiente para devida adequação metodológica para o ensino e aprendizagem. Cabe ao profissional buscar outras fontes de experiências para que não venha causar transtornos ao seu aluno com deficiência ao ponto de poder gerar a exclusão durante as aulas.

6. MATERIAIS E MÉTODOS

6.1 Tipo do Estudo

O presente estudo tem característica de pesquisa de campo do tipo qualitativa e quantitativa no qual foi realizada uma coleta de dados, sua análise e interpretação com sua posterior conclusão.

A pesquisa de campo, na definição de Lakatos:

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS, 1990, p.75).

De acordo com Cassel *apud* Dalfovo a pesquisa do tipo qualitativa busca ter “flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas que não permite a definição exata e a priori dos caminhos que a pesquisa irá seguir; orientação para o processo e não para o resultado” (CASSEL, 1994 *apud* DALFOVO, 2008, p.5).

Na pesquisa quantitativa, Diehl *apud* Dalfovo relata que:

A pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DIEHL, 2004 *apud* DALFOVO, 2008, p. 6).

A definição do tipo de estudo é a base para que se possa definir qual instrumento de medida e procedimentos de coleta dos dados serão utilizados na pesquisa, para que através da análise de dados dos seus resultados tenha uma discussão das respostas encontradas e possa ser analisado através das referências bibliográficas para uma posterior conclusão.

6.2 População e Amostra

A população é composta por 15 Professores de Educação Física sendo que a pesquisa contém a amostra de 12 professores escolhidos intencionalmente, 7 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, pertencentes à área urbana da rede estadual de ensino do município de Ivaiporã – Paraná. Convém esclarecer que foram excluídos os professores que atuam nos distritos, sendo que 3 Professores por motivos particulares não responderam o questionário.

6.3 Instrumentos de Medida

Foi utilizado um questionário para analisar os aspectos da inclusão nas aulas de Educação Física, adaptado e validado de Aguiar e Duarte (2005), (Anexo 1) para atingir o maior quantitativo possível de professores, sendo 11 questões fechadas e 5 questões abertas, autoaplicável para mensuração dos objetivos propostos.

6.4 Procedimentos de Coleta dos Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um primeiro contato com os diretores das Escolas Estaduais do município de Ivaiporã/PR, solicitando a autorização para a entrevista com os professores de Educação Física. Em um segundo momento, realizou-se um primeiro contato com cada professor em seu horário de hora - atividade ou no intervalo de descanso para relatar qual seria o objetivo da pesquisa pelo qual cada docente que participaria da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo ficado retido um termo com o professor entrevistado e outro com a pesquisadora, entregando o questionário auto aplicável e agendado, neste mesmo dia, uma data próxima para o recolhimento do questionário respondido.

6.5 Análise dos dados

Os dados foram analisados estatisticamente de acordo com o percentual das respostas nas questões fechadas e para as questões abertas foram analisados os conteúdos das anotações por meio da apreciação de seus itens de acordo com a pertinência ao estudo para, a partir dos resultados, objetivar responder à questão problema da pesquisa.

7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 observa-se que 33,3% dos Professores são oriundos de faculdade pública e 66,7% são oriundos de faculdade particular.

Tabela 1 - Faculdade de Origem

Origem	N	%
Pública	4	33,3%
Privada	8	66,7%
Total	12	100,0%

Apresentando os resultados dos participantes com referência a Tabela 2 sendo que 58,4% são do sexo masculino e 41,6% são do sexo feminino.

Tabela 2 - Sexo

Sexo	N	%
Feminino	5	41,6%
Masculino	7	58,4%
Total	12	100,0%

Na tabela 3, pode-se observar que do total dos entrevistados, 8,3% tem como formação acadêmica a graduação e 91,7% tem como complemento à formação acadêmica, a especialização.

De acordo com Bermond (2011), é crescente o interesse pela continuidade dos estudos, após a conclusão de um curso universitário, o forte interesse pelos estudos depois da graduação, deve-se à combinação de vários fatores culturais e econômicos.

Observa-se que a grande maioria dos professores de Educação Física da pesquisa encontram em uma formação de especialização a possibilidade de continuar seus estudos, ampliando sua aprendizagem e, conseqüentemente, podendo melhorar sua metodologia para ensinar de outras formas seus alunos.

Tabela 3 – Formação Acadêmica

Formação acadêmica	N	%
Graduação	1	8,3%
Especialização	11	91,7%
Total	12	100,0%

Observando a Tabela 4, cerca de 8,3% dos Professores atua há menos de 1 ano na área de Educação Física Escolar, 8,3% atua entre 1 a 5 anos, 8,3% atua entre 5 a 10 anos e 76,1% atua há mais de 10 anos na rede pública de ensino.

De acordo uma pesquisa realizada relativa ao tempo de atuação na área de Educação Física, realizada por Gatti (2009) *apud* Bertoldi (2012), relatou-se que os professores desenvolvem sua profissionalidade tanto pela sua formação básica quanto pela graduação, assim como em suas experiências com a prática docente. Este estudo concluiu que um maior tempo de experiência profissional destacava-se como um facilitador do saber fazer.

No presente estudo, a maioria dos professores atuam há mais de 10 anos o que pode ocasionar uma consciência maior acerca da inclusão, uma vez que de acordo com Gatti (2009) *apud* Bertoldi (2012), sua experiência está relacionada ao tempo de atuação.

Tabela 4 – Tempo de atuação na área de Educação Física Escolar

Tempo de Atuação	N	%
Menos de 1 ano	1	8,3%
Entre 1 a 5 anos	1	8,3%
Entre 5 a 10 anos	1	8,3%
Mais de 10 anos	9	76,1%
Total	12	100,0%

A Tabela 5 referencia o resultado dos professores quanto aos conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada na qual 75% responderam que sim e 25% responderam que não conhecem sobre a área correlatada.

Brasil (2001) apud Chicon (2005) ressalta que no Brasil, somente a partir do Parecer no. 215, de 11 de março de 1987, do Conselho Federal de Educação, a disciplina Educação Física Adaptada foi elencada, dentre outras, como sugestão para compor os novos currículos dos Cursos de Graduação e que deveria entrar em vigor no início da década de 1990.

Chama a atenção a resposta de 3 professores que não possuíam conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada, visto que todos os presentes profissionais entrevistados têm formação de graduação depois da década de 1990 e tiveram pelo menos em seu curso de graduação, obrigatoriamente, a disciplina de Educação Física adaptada.

Tabela 5 – Conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada.

Formação acadêmica	N	%
Possuíam Conhecimento	9	75%
Não possuíam Conhecimento	3	25%
Total	12	100,0%

A Tabela 5.1 demonstra como foram adquiridos conhecimentos sobre Educação Especial e Educação Física Adaptada pelos entrevistados: 41,7% em curso de graduação, 25% em cursos de extensão, 16,7% em palestras, 50% em curso de especialização, 41,7% em leituras independentes e 16,7%, outros, frisando que, nesta questão, os professores tinham a livre opção de escolher várias alternativas.

Hayashi (2011), em seus estudos, relata a importância de que a aprendizagem sobre conteúdos referente à Educação Especial de diversas formas ajuda na formação e capacitação, sendo que esses cursos vieram a preencher uma lacuna na formação desses profissionais que atuam nas salas de aula comum e no atendimento educacional especializado e que são responsáveis pela inclusão dos alunos.

Analisando as respostas dos entrevistados e em consonância com Hayashi (2011), os professores obtiveram parte de sua formação em seu curso de

graduação e curso de especialização, porém demonstraram também interesse em buscar informações através de outras fontes de conhecimentos.

Tabela 5.1 – Obtenção de informações sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada.

Informações	N	%
Graduação	5	41,7%
Extensão	3	25%
Palestras	2	16,7%
Especialização	6	50%
Leituras Independentes	5	41,7%
Outros	2	16,7%

A questão número 6 do questionário era subjetiva e reportava-se a: – O que você entende por inclusão de Pessoas com Deficiência no ensino regular. Como respostas, 5 professores (41,6%) não responderam em consonância com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994 *apud* MOREIRA, 2010): “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os (as) alunos (as) aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem” (1994, p.25); o que demonstra a falta de conhecimento sobre os princípios básicos da inclusão do deficiente na escola.

Nesta mesma questão, 7 professores (58,4%) responderam demonstrando um maior discernimento e com uma abrangência maior sobre o assunto, observando certo domínio sobre o conteúdo. Duas das respostas mais pertinentes fizeram as seguintes referências: “que elas tenham acesso, condições, estrutura e formação igual ou semelhantes às pessoas que não demonstrem algum tipo de deficiência visível ou conhecida e que sejam totalmente integradas ao meio escolar”; “acredito que a inclusão do deficiente no ensino regular está pautada com o objetivo de sempre fazer as adaptações pedagógicas para o aluno, sempre considerando sua forma de aprender, fazendo ocorrer um aumento de interação social com os alunos regulares, fazendo com que todos aprendam a conviver com as diferenças”.

De acordo com essas duas respostas, observa-se pontos que envolvem a inclusão do deficiente no ensino regular já demonstrados por Zóia (2006) *apud* Miranda (2012) que a inclusão plena de todos os educandos passam desde aprenderem juntos aos demais alunos, independentemente das suas diferenças e estarem pautados no respeito e no convívio com as diferenças.

Observando a Tabela 6, verifica-se que 75% dos Professores relataram que sim e 25% que não possuíram alunos com deficiência na escola que trabalharam, o que pode contribuir para que os docentes tenham dificuldade em desenvolverem atividades quando se depararem com a deficiência devido à falta de experiência.

Tabela 6 – Possui ou já possuiu algum aluno com Deficiência na escola em que trabalha ou trabalhou.

Aluno Deficiente na Escola	N	%
Sim	9	75%
Não	3	25%
Total	12	100,0%

Ao analisar a Tabela 7, verifica-se que os professores disseram que tiveram alunos portadores de algum tipo de deficiência sendo que cerca de 66,7% deficiência física, 50% deficiência mental, 58,3% deficiência auditiva, 25% deficiência visual e 8,3% outras.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES, (2016), com nota referente a posição de dados, no site do IBGE, 28 de julho de 2014, de acordo com a população censitária, segundo tipo de deficiência, com ano base de 2010, o município de Ivaiporã – Pr, apresentava 6.765 deficientes visuais, 1.877 deficientes auditivos, 3.426 deficientes físicos e 638 deficientes intelectuais. Oliveira (2012) ao realizar ao nível do Brasil, o Censo das Pessoas com Deficiência da faixa etária de 0 a 14 anos, chegou ao resultado aproximado de que 1,0% possuem Deficiência Física, 0,9% Deficiência intelectual, 1,3% Deficiência Auditiva e 5,3% Deficiência Visual, fazendo um comparativo da realidade através da presente pesquisa com a pesquisa nacional do Censo 2010, observa-se que estatisticamente e proporcionalmente, as Deficiências Física e

Intelectual são semelhantes em seus resultados, porém não refletem os dados encontrados no presente estudo, uma vez que o maior contato dos professores foram com deficientes físicos e auditivos.

Tabela 7 – Em caso afirmativo que tipo de deficiência.

Tipos de Deficiências	N	%
Física	8	66,7%
Intelectual	6	50%
Auditiva	7	58,3%
Visual	3	25%
Outras	1	8,3%

Observando a Tabela 8, 66,7% dos entrevistados responderam sim, que têm conhecimentos suficientes para promover a inclusão do aluno com deficiência em sua aula e 33,3% responderam que não possuem tal domínio.

Dos 4 Professores que responderam que não têm conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas, 3 desses são os mesmos que responderam que não tinham conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada, demonstrando novamente a insegurança devido à falta de experiência.

Tabela 8 – Você acredita ter conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas.

Conhecimento	N	%
Sim	8	66,7%
Não	4	33,3%
Total	12	100,0%

A questão número 10 que era subjetiva reforçava que: – Em caso afirmativo à questão 9, o que você prioriza em suas aulas para incluir esse aluno.

Dos 8 professores que responderam sim, 7 condiziam com os princípios de inclusão referenciados por Darido “onde o processo do ensino e aprendizagem deve ser baseado na compreensão, esclarecimentos e entendimento das diferenças. As estratégias escolhidas devem não apenas favorecer a inclusão, como também

discuti-la e torná-la clara para os alunos” (2001, p. 20). Destaca-se as respostas de 2 professores conforme segue: ”priorizo sua autoestima, estímulo suas potencialidades, desenvolvo sua sociabilização com os colegas e professores; “priorizo a participação efetiva destes alunos nas aulas (como um todo), adaptações de atividades quando necessário, materiais alternativos, mudança de foco”.

Na questão 11, os professores podiam responder de forma subjetiva e indagava: - Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um professor de Educação Física poder incluir um aluno com deficiência em suas aulas?

Todos os professores responderam à questão e 91,7% mencionaram algumas colocações auferidas por vários autores como Darido (2001) “processo de ensino e aprendizagem”; Educação (2001) “formação dos Professores”, Correia (2008) “formação específica”; Veltrone (2007) “condições de atendimento educacional”; Rodrigues (2003) “processo de aprendizagem” e Reid (2000) *apud* Costa (2010) “preparação profissional”, dentre os quais comparativamente relata-se: “especialização (colocação de 7 professores), metodologia (colocação de 5 entrevistados), materiais didáticos (colocação de 5 professores).

Pode-se perceber que os professores que responderam à questão 11 indicam todo um planejamento para poder ensinar o aluno que tem necessidade especial, desde a realização de especializações específicas, materiais didáticos de acordo com o grau de deficiência e a sua adequada metodologia para a eficiência da aprendizagem.

Ao proceder à análise dos resultados dos professores entrevistados na Tabela 9, observa-se que a maioria (91,7%) responderam sim e 8,3% responderam não sobre se a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão na comunidade escolar.

Tabela 9 – A participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão do mesmo na comunidade escolar.

Participação e Inclusão	N	%
Sim	11	91,7%
Não	1	8,3%
Total	12	100,0%

Os professores que responderam de forma afirmativa ou negativa à questão anterior justificaram suas respostas na pergunta 13 do questionário.

Das repostas positivas, 3 professores não justificaram de acordo com a literatura e 8 correlacionaram suas afirmativas com a referência de Pereira “a atuação conjunta de pessoas que vivem diferentemente o acesso ao conhecimento deveria contagiar o coletivo, abrindo novas experiências curriculares” (2012, p. 10). De acordo com Dischinger; Machado *apud* Tavares a “acessibilidade atitudinal, as práticas de conscientização das pessoas, em geral e a convivência na diversidade humana são ferramentas cruciais para inclusão” (2010, p. 8). Podemos observar nas repostas de 3 professores que esses itens se fazem presentes, “porque melhora a socialização, melhorando a autonomia do aluno, auxiliando na formação da cidadania”; “porque o aluno vai se sentir confiante e mais seguro; sua participação nas aulas lhe dará uma condição melhor e aumentará sua autoestima, vai se sentir útil e necessário no grupo. Toda essa socialização contribuirá para valorizar suas relações sociais”; “através da interação, socialização, despertar um “novo olhar” de inclusão mesmo sobre a deficiência e que este aluno deve ter seus direitos e deveres respeitados assim com os demais”. Já de acordo com o professor que respondeu não para a referida questão, este relatou: “ao incluir o aluno, faz-se necessária adequação durante a aula para que o mesmo participe e essa participação é sempre difícil, pois acabamos por excluir os alunos daquela atividade semanal simultaneamente com atividades diferenciadas dos demais”.

O relato desses 3 Professores demonstram que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física aumenta significativamente a autonomia e a sociabilização.

Na Tabela 10 observa-se que dos professores entrevistados, 50% responderam sim e 50% responderam não, isto é, que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física pode estimular manifestações de preconceito e discriminação.

Tabela 10 – A participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física pode estimular manifestações de preconceito e discriminação.

Preconceito e Discriminação	N	%
Sim	6	50%
Não	6	50%
Total	12	100,0%

De acordo com a questão aberta 15 - Em caso afirmativo, por que e de que forma? Em referência à pergunta da tabela 10, a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física pode estimular manifestações de preconceito e discriminação? Segundo Dischinger e Machado *apud* Tavares, para que a inclusão aconteça, é necessária a “convivência na diversidade humana resultado em quebra de preconceito estigmas, estereótipos e discriminações” (2010, p. 8). Darido reforça que “o professor deve favorecer discussões entre os alunos sobre o significado do preconceito, da discriminação e da exclusão” (2001, p. 20). Três professores justificaram suas repostas dizendo que: “se o aluno for colocado em uma situação constrangedora ou se o encaminhamento metodológico não for o correto ou até mesmo com posturas inadequadas dos colegas ou do próprio professor”; “por precisar de mais atenção, os outros alunos podem sim excluir ou ter algum preconceito, porém é do professor o papel de modificar essa conduta”; “muitos alunos têm preconceito por falta de conhecimento, mas, após a convivência e conhecendo sobre o assunto, o aluno muda a sua visão e opinião”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir-se a pesquisa, podemos analisar qual foi o grau de entendimento e as respectivas atitudes dos professores sobre a temática da inclusão do aluno com deficiência dentro do ambiente escolar nas aulas de Educação Física.

Nota-se que em diversos fatores, as respostas foram divididas quanto a ter ou não conhecimento de acordo com a literatura sobre o processo de inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência nas aulas de Educação Física.

Constatou-se, com a análise das respostas, que os itens mais elencados para promover a inclusão do aluno deficiente nas aulas de Educação Física foram a sociabilização, novos métodos de aprendizagem e a busca constante do aperfeiçoamento profissional.

Por fim, observou-se que a falta de experiência e de capacitação profissional podem contribuir para que a inclusão não aconteça de forma efetiva. Sugere-se para futuras pesquisas novas questões relacionadas à atualização profissional voltadas à inclusão dos deficientes nas aulas de Educação Física.

Conclui-se que, para que uma nova prática pedagógica aconteça nas aulas de Educação Física, é necessário que o professor invista em atualização e capacitação constantes.

REFERÊNCIAS

BERMOND, Magali. **Cursos de Especialização: busca da qualidade e exigência social.** Comissão de Ensino do CFF. Pharmacia Brasileira nº 82 - Junho/Julho/Agosto. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/132/045_artigo_magali.pdf>. Acesso em 25 jan. 2016.

BERTOLDI, Paulo. O Desafio da Formação e da Atuação do Professor. **Ensino Em Re-Vista**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/14901/8400>>. Acesso em 25 jan. 2016.

BONETI, Rita. **A Escola como Lugar de Integração (ou Segregação das Crianças Portadoras de Deficiência Intelectual).** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.aprendizagemnadiversidade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/a_escola.pdf>. Acesso 28 ago. 2014.

BRAGA, Adelaide. **Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Intelectual em Escolares Regulares.** Faculdade Estadual Vale do Acaraú-UVA. 2010. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_12_2010.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

CHICON, José. **Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar.** Artigo – Programa de Pós Graduação em Educação/Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/3760/2123>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CIDADE, Ruth. **Educação Física e inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://tango.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/inclusao.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

COSTA, Vanderlei. Inclusão Escolar na Educação Física. **Revista Motriz.** Rio Claro, v.16 n.4 p.889-899, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/621_435.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DARIDO, S. C et al. A Educação Física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Rev. paul. Educ. São Paulo**, 15(1): 17-32 jan/jun 2001. Disponível em: <<http://www.eefe.ufscar.br/upload/6.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

DUARTE, E; AGUIAR, J. Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. **Rev. Bras. Educ. Espec.** vol. 11 nº 2. Mai 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200005> Acesso em: 10 set. 2014.

EDUCAÇÃO, Conselho Nacional (CNE). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores**. Parecer CNE 9/2001. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FERREIRA, Windy. **Direitos da Pessoa com Deficiência e Inclusão nas Escolas**. Universidade Federal da Paraíba. 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FREITAS, Angelina. Aspectos Gerais da Deficiência Mental. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 15, Nº 151. Diciembre de 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd151/aspectos-gerais-da-deficiencia-intelectual.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. Rediscutindo as noções de arbitrariedade e iconicidade: implicações para o estatuto linguístico das línguas de sinais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista REVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/ffcbf61b30948af9e368dd8d215987d8.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GOMES, Thamyres. **Educação Física como Forma de Inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**. Uniceub. São Paulo, 2013. Disponível em:<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3923/1/THAMYRES%20DE%20SOU%20SA%20GOMES.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GORGATTI, Márcia. **Educação Física Escolar: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wpcontent/uploads/2010/10/tesegreguoleducacaofisicaescolarinclusao-gorgatti.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2014.

HAYASHI, Maria. Múltiplos Olhares sobre a Produção do Conhecimento em Educação Especial. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 32, p. 145-165, jan./abr. 2011. Disponível em:<www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=4587>. Acesso em: 25 jan. 2016.

INACIO, Wederson. **A Inclusão Escolar do Deficiente Auditivo: Contribuições para o Debate Educacional**. Uberlândia. 2010. Disponível em: <<http://saci.org.br/imagens/textos/arqs/incluescolarsurdo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MASINI, Elcie. **A Educação do Portador de Deficiência Visual: as perspectivas do vidente e do não vidente**. Brasília, ano 13, n.60, out./dez. 1993. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/888/795>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MEC, Brasil. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MELO, José. O Ensino da Educação Física para Deficientes Visuais. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 117-131, maio 2004. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/243/244>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MIRANDA, Theresinha. **O Professor e a Educação Inclusiva**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

MOREIRA, Laura. **Currículo na Escola Inclusiva: O Estigma da Diferença**. UFPR. Curitiba. 2010. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849_727.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

OLIVEIRA, Luiza. **Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/censo-2010-2013-resultados-preliminares-daamostra>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

OLIVEIRA, Vitor. **Deficiência Intelectual a Partir da Abordagem Histórico-Cultural**. Semana da Educação. Anais. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoespecial/deficienciaintelectual.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PEREIRA, Josiane. A Infância e a Deficiência Intelectual: Algumas Reflexões. **IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Porto Alegre**. 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/08_17_53_2044-7334-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

PEREIRA, Mirian. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. São Paulo, 2009. Disponível

em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a10.pdf>> Acesso em: 12 out 2014.

RODRIGUES, David. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v.14,n.1, p.67-73, 2003.

RODRIGUES, David. **O que é a Inclusão?** Associação Nacional de Docentes de Educação Especial. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-e-a-inclusao-1628577>>. Acesso em: 18 out. 2014.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas,1996.

SCARDUA, Valéria. A Inclusão e o Ensino Regular. **Revista FACEVV - 2º Semestre de 2008 – Número 1**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2015.

SCHIRMER, Carolina. **Comunicação Suplementar e Alternativa no Trabalho com Portador de Paralisia Cerebral**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

SILVA, Ana Patrícia da. O que é Inclusão? Reflexões de Professores Acerca desse Tema. **Revista Digital**. Buenos Aires. Ano 14 – Nº 140 Enero. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/O%20que%20e%20inclusao.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2015.

SILVA, Lucia. Manual de Orientação de Práticas Interventivas no Contexto Educacional para Professores do Ensino Fundamental. **Programa de Desenvolvimento Educacional**. Mandirituba. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1121-2.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SILVA, Marcos. **Metodologias de Ensino Para a Educação Física Escolar – Possibilidades e Adequações**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca_/metodologias-de-ensino-para-a-educacao-fisica-escolar-ossibilidades-e-adequacoes/>. Acesso em: 22 ago. 2014.

SILVA, Natalí. **Convivendo com a Diferença: a Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Visual**. UFRB. Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009%20%20CONVIVENDO%20COM%20A%20DIFEREN%C3%87A.pdf>> Acesso em 10 dez. 2015.

SILVA, Vangeilca. Orientações sobre as Pessoas com Deficiência Física: Estratégias de Inclusão. **Material didático**. UFPB. 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/orientacoes-sobre-pessoas-com-deficiencia-fisica-material-didatico.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SOCIAL, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. **Caderno Estatístico Município de Ivaiporã**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86870>> Acesso em 22 fev. 2016.

SOLDERA, Dânia. **Possibilidades de Pesquisas em Artes Visuais com Deficientes Visuais**. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://projetos.extras.ufg.br/seminariodeculturavisual/images/anais/106_possibilidades_de_pesquisas_em_artes_visuais_com_deficientes_visuais.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

TAVARES, Helenice. Acessibilidade da Criança com Deficiência Física na Escola. **Revista Católica**. Artigo Nº 2. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2015.

VELTRONE, Aline. **Diretrizes e Desafios na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Inclusão Escolar**. IX Congresso Estadual Paulista. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

VIEIRA, Givanilda. **Educação Inclusiva no Brasil: Do Contexto Histórico à Contemporaneidade**. Pós-graduanda em Educação Inclusiva e Inspeção Escolar pela FACREDENTOR/ETTAL, 2008. Disponível em: <https://www.posgraduacaoredentor.com.br/hide/path_img/conteudo_542346c163783.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ANEXOS

Anexo A

Questionário Adaptado de Aguiar Duarte 2005.

Nome Completo _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Ano que completou a graduação: _____

1) Faculdade de origem

- pública
 privada

2) Sexo

- masculino
 feminino
Idade: _____ anos

3) Qual sua formação acadêmica?

- graduação
 especialização
 mestrado
 doutorado

4) Há quanto tempo atua na área de Educação Física Escolar?

- menos de 1 ano
 entre 1 e 5 anos
 entre 5 e 10 anos
 mais de 10 anos

5) Possui conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada?

- sim
 não

5.1) Caso possua, onde obteve essas informações?

- curso de graduação
 cursos de extensão
 palestras
 curso de especialização
 mestrado
 doutorado
 leituras independentes
 outros

6) O que você entende por inclusão de Pessoas com Deficiência no ensino regular?

7) Possui ou já possuiu algum aluno com Deficiência na escola em que trabalha ou trabalhou?

- sim
 não

8) Em caso afirmativo que tipo de deficiência?

- física
 mental
 auditiva
 visual
 outras _____

9) Você acredita ter conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas?

- sim
 não

10) Em caso afirmativo, o que você prioriza em suas aulas para incluir esse aluno?

11) Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um professor de Educação Física poder incluir um aluno com Deficiência em suas aulas?

12) Na sua opinião, a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão do mesmo na comunidade escolar?

- sim
 não

13) Em caso afirmativo, por quê e de que forma? Em caso negativo porque e de que forma?

14) Na sua opinião, a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física pode estimular manifestações de preconceito e discriminação?

- Sim
 Não

15) Em caso afirmativo, por quê, e de que forma?

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARTICIPANTES) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada: A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MECANISMO DE INCLUSÃO NA ESCOLA. O estudo tem como objetivo avaliar se a Educação Física no âmbito escolar auxilia no processo de inclusão do deficiente. A pesquisa será realizada com professores de Educação Física da rede estadual de ensino no período de disponibilidade dos mesmos. Será utilizado o questionário adaptado de (DUARTE 2005).

A sua participação é totalmente voluntária podendo o mesmo se recusar ou até mesmo desistir a qualquer momento, não acarretando qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Toda e qualquer informação obtida através da pesquisa será totalmente direcionada para fins da mesma e serão mantidas em absoluto sigilo e confidencialidade, preservando assim a sua identidade. Todo o conteúdo da pesquisa será destinado a ela, não expondo a identidade dos participantes.

Caso possua mais dúvidas entre em contato para maiores esclarecimentos a partir dos endereços abaixo.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Eu,.....declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Professor Ricardo Alexandre Carminato.

_____ **Data:.....**

Assinatura do voluntário ou responsável

Eu, MARIA CRISTINA KURTEN, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ **Data:.....**

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Maria Cristina kurten

Endereço: Rua Diva Proença nº 570

Telefone: (43) 99046830

e-mail: cristinakurten@yahoo.com.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Professor Orientador Ricardo Alexandre Carminato, no endereço abaixo:

UEM/CAMPUS IVAIPORÃ

Universidade Estadual de Maringá.

Praça Independência, nº 385, Centro.

CEP 86870-000. Ivaiporã-Pr. Tel: (43) 3472-5952

E-mail: racarminato@uem.br